

SUMÁRIO

LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

Introdução e panorama internacional do combate à corrupção	29
Natureza jurídica	38
Fundamento constitucional	43

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º	48
Sujeitos ativos dos atos ilícitos da Lei Anticorrupção.....	49
Não concorrência com o sistema da Lei de Improbidade Administrativa.....	51
Sujeito Passivo dos atos ilícitos da Lei Anticorrupção.....	51
Art. 2º	53
Responsabilidade objetiva.....	53
Art. 3º	58
Responsabilidade dos dirigentes	59
Art. 4º	63
Sucessão de pessoas jurídicas.....	63
Alienação de empresa falida e sucessão das obrigações anticorrupção.....	64

CAPÍTULO II DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA

Art. 5º	65
Introdução aos tipos da Lei Anticorrupção	66
Rol exemplificativo	69
Corrupção privada.....	70

Conceito de administração pública	71
Rol de atos lesivos da Lei	71
Corrupção ativa	71
Financiamento à corrupção.....	76
Utilização dissimulada de interposta pessoa.....	78
Fraude ao caráter competitivo da licitação.....	80
Perturbação de processo licitatório	85
Afastamento de licitante	86
Estelionato licitatório.....	88
Modificação irregular em contrato administrativo.....	92
Manipulação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	95
Obstrução da investigação.....	97

CAPÍTULO III

DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 6º	102
Introdução.....	103
Pena de multa.....	105
Publicação extraordinária da decisão condenatória	107
Dosimetria das penas	108
Art. 7º	112
Circunstâncias e parâmetros para fixação da pena e a discricionariedade regrada	112
Teoria das margens.....	113
Introdução ao <i>compliance</i>	119
Definição de <i>compliance</i>	121
Parâmetros de um programa de integridade	127
<i>Compliance Officer</i>	136
A posição de garante do <i>Compliance Officer</i> na legislação brasileira.....	139
Efeitos do <i>Compliance</i>	147
Natureza da norma que instituiu o programa de integridade ou <i>Compliance</i> ...	150
<i>Compliance</i> como instrumento de combate à corrupção	155
Avaliação dos programas de integridade/ <i>compliance</i>	158
Critérios avaliativos dos programas de integridade/ <i>compliance</i>	160
Primeiro aspecto na avaliação: as condições de constituição do programa de integridade pela pessoa jurídica	161

Segundo aspecto na avaliação: as condições de aplicação do programa de integridade na atividade rotineira da pessoa jurídica	166
Terceiro aspecto na avaliação: a atuação concreta da pessoa jurídica quando da ocorrência do ato ilícito em apuração	170
As provas da efetividade do programa de integridade	172
Prognóstico do <i>Compliance</i>	174
<i>Compliance</i> criminal.....	176
<i>Compliance</i> em direitos humanos	183
<i>Compliance</i> administrativo ou público	184
<i>Compliance</i> ambiental	185
<i>Compliance</i> trabalhista.....	186
<i>Compliance</i> tributário.....	186
<i>Compliance</i> bancário.....	186
<i>Compliance</i> digital	187
<i>Compliance</i> desportivo.....	187
<i>Compliance</i> médico.....	188

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 8º	188
Introdução.....	189
Verificação preliminar.....	191
Legitimidade ativa para processo administrativo	195
Delegação da competência para instaurar o processo administrativo.....	196
Competência da CGU.....	197
Art. 9º	198
Legitimidade administrativa para ilícitos internacionais.....	198
Art. 10	199
Regime constitucional do processo administrativo.....	200
Comissão processante.....	201
Procedimentos gerais.....	203
Art. 11	206
Direito de defesa no processo Administrativo.....	206
Art. 12	208
Relatório final, alegações finais, julgamento e recurso	208

Termo de compromisso na Lei Anticorrupção.....	211
Art. 13	213
Procedimento de reparação de danos	213
Art. 14	214
Desconsideração da personalidade jurídica.....	214
Art. 15	218
Comunicação ao Ministério Público	219

CAPÍTULO V

DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 16	220
Conceito e origem do Acordo de Leniência.....	221
Fundamento convencional do Acordo de Leniência	225
Natureza Jurídica do Acordo de Leniência.....	226
A ética do Acordo de Leniência.....	227
Condições do Acordo de Leniência.....	230
Requisitos do Acordo de Leniência	233
Momento para celebrar um Acordo de Leniência.....	241
Legitimidade para celebração do Acordo de Leniência.....	241
Papel do Tribunal de Contas no Acordo de Leniência.....	247
Acordos de Leniência e o problema da legitimidade concorrente e disjuntiva	250
Efeitos do Acordo de Leniência.....	252
Limites e condições possíveis em um Acordo de Leniência.....	256
Cláusulas mínimas do Acordo de Leniência	258
Publicidade do Acordo de Leniência.....	265
Proposta de Acordo de Leniência recusada.....	266
Descumprimento do Acordo de Leniência	269
Revisão e Modificação do Acordo de Leniência.....	272
Homologação do Acordo de Leniência	273
Impossibilidade de modificação das cláusulas negociadas.....	275
Valor probatório das declarações prestadas em um Acordo de Leniência	276
Anulação do Acordo de Leniência.....	277
Interrupção da prescrição	277
Art. 17	278
Acordo de Leniência e acordo de não persecução cível.....	278
Acordo de Leniência nas infrações da Lei de Licitações	278

CAPÍTULO VI
DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

Art. 18	281
Instância civil de responsabilidade da pessoa jurídica	281
Art. 19	282
Legitimidade ativa para ação de responsabilidade objetiva por ato de corrupção.....	283
Rito Processual.....	284
Sanções cíveis ou judiciais previstas na Lei Anticorrupção.....	285
Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.....	286
Suspensão ou interdição parcial de suas atividades	287
Dissolução compulsória da pessoa jurídica.....	288
Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.....	289
Rescisão do contrato.....	293
Indisponibilidade de bens, direitos ou valores	294
Art. 20	295
Responsabilidade Judicial suplementar à administrativa	295
Art. 21	295
Microssistema da ação coletiva.....	296
Competência.....	296
Considerações gerais.....	297
Condenação em reparar o dano	300
Obrigatoriedade da execução da ação coletiva.....	301

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22	301
Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	302
Art. 23	305
Dever de informação	306

Art. 24	306
Destinação dos valores e bens decorrentes da aplicação da Lei	306
Art. 25	308
Prescrição	308
Prescrição intercorrente	312
Art. 26	313
Art. 27	313
Dever de agir da autoridade pública	313
Art. 28	315
Aplicação extraterritorial	316
Art. 29	317
Art. 30	317
A independência da Lei Anticorrupção em face da Lei de Improbidade	317
Efeitos transversais do Acordo de Leniência	321
Independência da Lei Anticorrupção em face da Lei de Licitações	329
Art. 31	330
Quadro comparativo entre Lei de Improbidade e Lei Anticorrupção Empresarial	332
Bibliografia	337
Periódicos	347

ANEXOS

ANEXO 1	
<i>Checklist</i> de programa de integridade ou <i>compliance</i>	351
ANEXO 2	
Modelo de Acordo de Leniência	359
ANEXO 3	
Modelo de ação por prática de ato ilícito previsto na Lei 12.846/2013	365